



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



003641-14.00/17-8

04 JAN 2017

DATA:

REQUERENTE: _____

SPI 3641-1400/17-8
ORIGEM : POA
NOME : PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
LOCALIDADE: _____
ASSUNTO : 0350 - TOMADA DE CONTAS
EXERCICIO 2016 - EXERCICIO
- 2016

ASSUNTO: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SUBSECRETARIA DA FAZENDA
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

OF. CAGE/DCD Nº 01/2017

Porto Alegre, 03 de janeiro de 2017.

Senhor Procurador-Geral:

Conforme estabelece o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado, as **Contas de Gestão** constituem o procedimento a que são submetidos os administradores dos poderes, órgãos autônomos ou entidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas e demais responsáveis que, nos termos da lei, estatuto ou regulamento, forem nomeados, designados ou eleitos para exercer cargo ou função no âmbito do qual sejam praticados atos que resultem na utilização, na arrecadação, na guarda, no gerenciamento ou na administração de dinheiros, bens e valores públicos pelos quais o órgão autônomo ou a entidade responda, ou que, em nome deste ou desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Com base nas normas do TCE e na IN CAGE nº 02/2000, que dispõe sobre as Tomadas de Contas de Exercício no âmbito da Administração Direta, com vistas a disciplinar a instrução do respectivo processo, apresentamos anexa a **relação de documentos que devem integrar o presente processo de Contas de Gestão**.

De acordo com a Circular CAGE 02, de 06 de outubro de 2016, que comunica as datas-limite a serem observadas relativamente ao encerramento do exercício financeiro de 2016, o processo de Contas de Gestão **deve ser encaminhado à Seccional da CAGE I junto à Procuradoria-Geral de Justiça, até 10 de março de 2017**.

Atenciosamente,

Eduardo de Oliveira Garcia,
Chefe da Divisão de Controle da
Administração Direta.

Ao Excelentíssimo Senhor Marcelo Lemos Dornelles,
Procurador-Geral de Justiça.
Nesta Capital.



ANEXO ÚNICO

DOCUMENTOS DAS CONTAS DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016

Os órgãos da Administração Direta do Estado deverão juntar ao processo de Contas de Gestão os seguintes documentos, relativos ao exercício financeiro 2016, datados e assinados pelo administrador:

1. Relatório minucioso do administrador sobre suas contas, abrangendo as metas físico-financeiras previstas e as alcançadas no Exercício ou na gestão em exame;
2. Declaração firmada pelo administrador de que os agentes públicos atuantes no ente estatal estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, nos termos da Lei Estadual nº 12.980/2008;
3. Cadastro do administrador, conforme modelo nº 1 da IN CAGE nº 02/2000, por força da Resolução nº 593/2002 do TCE;
4. Relatórios fornecidos pela CAGE, e que devem compor o relatório minucioso do administrador exigido pelo TCE, a saber:
 - 4.1. Relatório da movimentação dos recursos do(s) Fundo(s) – RAFE 292;
 - 4.2. Relatório da execução orçamentária da despesa – RAFE 250;
 - 4.3. Demonstração da despesa realizada por Projeto/Atividade com desdobramento das fontes de recurso – RAFE 044;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

03641-1400/17-8



FORMULÁRIO N° 01 -

DEMONSTRAÇÃO DAS

METAS FÍSICO-

FINANCEIRAS

003641-1400/17-8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



CADASTRO DO ADMINISTRADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

MARCELO LEMOS DORNELLES

Endereço Residencial: Rua José Kanan Aranha, 115, Bairro Ipanema, CEP: 91760-470, Porto Alegre, RS, telefone: 51-3248.0347.

Endereço Profissional – Rua Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, 14º andar, Torre Sul, Centro, CEP: 90.050-190, Porto Alegre, RS, telefone: 51-3295.1811 e 1812.

CPF N.º: 362.528.400-68

Carteira de Identidade N.º: 1010919916

Data de Nascimento: 21/05/1968

Filiação: João Adão Pacheco Dornelles e Iara Lemos Dornelles

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Estado Civil: casado

Cargo e/ou Função: Procurador-Geral de Justiça

Data do início da gestão: 11/06/2015

Data do término da gestão: em andamento

Tipo e número do Ato de Nomeação: Ato do Governador do Estado

Data do Ato de Nomeação: 21/05/2015

Data da Publicação do Ato de Nomeação: Diário Oficial do Estado de 22/05/2015.

Local e data: Porto Alegre, 10 de março de 2017.

Assinatura do Administrador:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DO ADMINISTRADOR

Em atendimento às disposições dos arts. 70 e 76 da Constituição Estadual, da Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, do Decreto Estadual nº 38.553, de 8 de junho de 1998, da Resolução 544, de 21 de junho de 2000, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, da Resolução 833, de 29 de outubro de 2008, e da Instrução Normativa CAGE nº 2, de 08 de dezembro de 2000, apresentamos o Relatório da nossa Administração, relativo ao exercício de 2016, levando em consideração a movimentação orçamentária e financeira, discriminando as metas do Órgão, assim como a situação dos recursos humanos disponíveis.

1. OBJETIVOS

1.1 DO ÓRGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça é o órgão administrativo do Ministério Pùblico, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. São importantes suas funções institucionais, como as de promover privativamente a ação penal pública, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Pùblicos e dos serviços de relevância pùblica, assim como pelos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, promover inquérito e ação civil pùblica, com vista à proteção do patrimônio pùblico e social, meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, exercer o controle externo das atividades policiais, além de inúmeras outras.



Embasamento legal: Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988; Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1981; Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; Constituição Estadual, de 03 de outubro de 1989; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000; Lei n.º 1.008, de 12 de abril de 1950; Lei n.º 1.749, de 21 de fevereiro de 1952; Lei n.º 2.656, de 19 de julho de 1955; Lei n.º 5.256, de 02 de agosto de 1966; Lei n.º 5.493, de 12 de outubro de 1967; Lei n.º 6.536, de 31 de janeiro de 1973; Lei n.º 7.669, de 17 de junho de 1982; Lei n.º 8.020, de 14 de agosto de 1985; Lei n.º 8.801, de 04 de janeiro de 1989; Lei n.º 8.806, de 04 de janeiro de 1989; Lei n.º 8.874, de 18 de julho de 1989; Lei n.º 8.957, de 28 de dezembro de 1989; Lei n.º 9.075, de 22 de maio de 1990; Lei n.º 9.504, de 15 de janeiro de 1992; Lei n.º 11.070, de 30 de dezembro de 1997; Lei n.º 11.250, de 03 de dezembro de 1998; Lei n.º 11.326, de 17 de maio de 1999; Lei n.º 11.579, de 05 de janeiro de 2001; Lei n.º 12.473, de 03 de maio de 2006; Lei n.º 12.695, de 17 de abril de 2007; Lei n.º 12.699, de 04 de maio de 2007; Lei n.º 12.911, de 11 de março de 2008; Lei n.º 13.194, de 30 de junho de 2009; Lei n.º 13.407, de 05 de abril de 2010; Lei n.º 13.475, de 29 de junho de 2010; Lei n.º 13.539, de 29 de novembro de 2010; Lei n.º 13.783, de 14 de setembro de 2011; Lei n.º 13.805, de 05 de outubro de 2011; Lei n.º 14.092, de 03 de setembro de 2012; Lei n.º 14.216, de 09 de abril de 2013; Lei n.º 14.316, de 14 de outubro de 2013; Lei n.º 14.323, de 21 de outubro de 2013; Lei n.º 14.351, de 13 de novembro de 2013; Lei n.º 14.412, de 02 de janeiro de 2014; Lei n.º 14.415, de 02 de janeiro de 2014; Lei n.º 14.416, de 02 de janeiro de 2014; Lei n.º 14.417, de 02 de janeiro de 2014; Lei n.º 14.547, de 20 de junho de 2014; Lei n.º 14.548, de 20 de junho de 2014; Lei n.º 14.677, de 15 de janeiro de 2015; Lei n.º 14.873, de 23 de maio de 2016; Lei n.º 14.883, de 22 de junho de 2016; Lei n.º 14.891, de 28 de junho de 2016; Lei n.º 14.908, de 14 de julho de 2016; Lei n.º 14.911, de 18 de julho de 2016; Lei n.º 14.926, de 23 de setembro de 2016; Lei n.º 14.971, de 30 de dezembro de 2016;



5V

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

RES 42, de 02 de julho de 2009, do CNMP; RES 48, de 27 de novembro de 2009, do CNMP; RES 53, de 11 de maio de 2010, do CNMP; RES 58, de 20 de julho de 2010, do CNMP; RES 67, de 16 de março de 2011, do CNMP; RES 73, de 15 de junho de 2011, do CNMP; RES 74, de 19 de julho de 2011, do CNMP; RES 76, de 09 de agosto de 2011, do CNMP; RES 81, de 31 de janeiro de 2012, do CNMP; RES 86, de 21 de março de 2012, do CNMP; RES 89, de 28 de agosto de 2012, do CNMP; RES 94, de 22 de maio de 2013, do CNMP; RES 102, de 23 de setembro de 2013, do CNMP; RES 111, de 04 de agosto de 2014, do CNMP; RES 116, de 06 de outubro de 2014, do CNMP; RES 117, de 07 de outubro de 2014, do CNMP; RES 128, de 22 de setembro de 2015, do CNMP; RES 129, de 22 de setembro de 2015, do CNMP; RES 135, de 26 de janeiro de 2016, do CNMP; RES 137, de 07 de abril de 2016, do CNMP; RES 141, de 26 de abril de 2016, do CNMP; RES 147, de 21 de junho de 2016, do CNMP; RES 148, de 13 de julho de 2016, do CNMP; RES 149, de 26 de julho de 2016, do CNMP; RES 154, de 01 de fevereiro de 2017, do CNMP.

1.2 DOS FUNDOS

O Fundo vinculado ao Órgão (Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público - FRMP) tem como objetivo apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados por esta Instituição. A lei de criação do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público é a de n.º 10.572, de 09 de novembro de 1995, alterada pela Lei n.º 11.579, de 05 de janeiro de 2001.

O Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FBRL vinculado ao Órgão tem como objetivo ressarcir a coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público, à honra



e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. A lei de criação do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados é a de n.º 14.791, de 15 de dezembro de 2015.

1.3 DOS RECURSOS VINCULADOS

RECURSO 2080 - Em 12.12.2011 foi firmado o convênio SICONV n.º 759465 com a União, por intermédio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Direito Econômico, tendo como objetivo a implantação de laboratório de tecnologia (Laboratório Forense destinado ao combate aos Cartéis) com equipamentos e softwares necessários ao atendimento das demandas relacionadas à repressão dos delitos atinentes à formação dos cartéis, segundo o modelo de laboratório de combate a cartéis desenvolvido pela Secretaria de Direito Econômico, a capacitação de servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a transferência de tecnologia e metodologia, bem como a verificação do seu uso e adaptação.

No exercício de 2016 foi contabilizado o ingresso de receita no montante de R\$ 28.085,35, que somado ao saldo disponível em 31.12.2015, de R\$ 177.160,18, e deduzidos os pagamentos e baixas no período, resultou em um passivo potencial em 31.12.2016, no valor de R\$ 133.578,84.

2. SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A situação dos recursos humanos no exercício da presente Tomada de Contas bem como no ano anterior, compunha-se da seguinte forma:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

6V

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE SERVIDORES	
1 - DO ÓRGÃO	31/12/2015	31/12/2016
1-1 Estatutários	1.764	1.748
1-2 Celetistas	0	0
1-3 Estagiários	1.645	1.619
1-4 Membros	691	704
SUBTOTAL	4.100	4.071
2 - ADIDOS		
2-1 Estatutários	71	61
2-2 Celetistas	07	05
3 - CEDIDOS		
3-1 Estatutários	13	15
3-2 Celetistas	0	0
4 - CARGOS EM COMISSÃO	454	486
5 - ASSESSORES (1)	0	0
TOTAIS	4.645	4.638

Notas:

- (1) Conforme o art. 49 da Lei 4937/65 e o item XIV do Anexo da Portaria 23, de 01-02-96.

3. DAS METAS

Para melhor esclarecimento acerca da realização das metas e da execução orçamentária, anexamos os Relatórios do Sistema de Administração Financeira do Estado – RAFE's n.º's 250 - Execução Orçamentária por Órgão/UO/Fundo; 292 - Demonstrativo dos Recursos Vinculados/Fundos e 044 - Demonstração da Despesa Realizada por Projeto/Atividade, com Desdobramento das Fontes de Recursos.

A execução orçamentária da despesa do Órgão e do Fundo, visando o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Orçamento Anual, merece os seguintes comentários:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



O Ministério Públiso foi contemplado no Orçamento do Estado com uma dotação inicial de R\$ 930.524.178,00 (novecentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e oito reais) referente a Recursos Livres. Deste montante, foram empenhados R\$ 930.524.158,00 (novecentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais) o que resultou, por conseguinte, na utilização de 100% dos recursos orçados, isto é, a totalidade dos objetivos foi atingida.

Dos recursos empenhados, 82,11% foram gastos com despesas de pessoal e encargos sociais, que absorveram o montante de R\$ 764.089.276,16 (setecentos e sessenta e quatro milhões, oitenta e nove mil, duzentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos), utilizados para pagamento do quadro funcional, inativos e pensionistas.

A Atividade que abrangeu o maior montante de despesa foi a 2101 – *Execução da Função Jurisdicional do Estado e da Defesa da Ordem Jurídica*, atividade que corresponde à atuação finalística do Ministério Públiso. A dotação inicial foi de R\$ 654.198.550,00 (seiscentos e cinquenta e quatro milhões, cento e noventa e oito mil, quinhentos e cinquenta reais), sendo reduzida em R\$ 59.327.267,53 (cinquenta e nove milhões, trezentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos). O valor empenhado foi de R\$ 594.871.282,47 (quinhentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos) e está subdividido em diversos elementos de despesa que correspondem à Despesa de Pessoal de membros e servidores ativos.

A Atividade 2746 – *Readequação Operacional do Órgão e Plano Diretor de Informática* obteve dotação inicial de R\$ 16.009.940,00 (dezesseis milhões, nove mil, novecentos e quarenta reais), referente aos Recursos livres, sendo reduzida em R\$ 10.161.313,90 (dez milhões, cento e sessenta e um mil, trezentos e treze reais e noventa centavos). A realização da atividade foi de R\$ 5.848.626,10 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e dez



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

centavos), e teve seu maior índice de gastos direcionados à aquisição de materiais permanentes, visando proporcionar à Instituição condições adequadas para o desempenho de suas atribuições, qualificando membros e servidores por meio da instrumentalização e do acesso às novas ferramentas que viabilizem o atendimento das demandas funcionais no menor tempo possível, menor custo, maior precisão e confiabilidade.

Das aquisições pode-se destacar a continuidade da política de investimento em mobiliário ergonômico produzido em série, que busca otimizar os espaços físicos da Instituição, ao mesmo tempo que atende à saúde de seus usuários, em função de sua concepção mais moderna, e do Plano Diretor de Informática, que além de propiciar a aquisição e desenvolvimento de vários sistemas, qualificou e supriu diversas demandas de equipamentos.

Foram adquiridos equipamentos de infraestrutura de rede, servidores, estações de trabalho, microcomputadores, monitores, impressoras multifuncionais, equipamentos telefônicos, câmeras fotográficas, aparelhos de ar condicionado, equipamentos para copa e cozinha, coletes balísticos, entre outros. Dentre o mobiliário adquirido, destacam-se diversos gabinetes (mesas, cadeiras, armários, estantes, gaveteiros, entre outros), visando o atendimento de necessidades internas decorrentes, sobretudo, de nomeações de funcionários e Promotores de Justiça oriundos de concursos públicos. As demais aquisições se concentraram em componentes para a manutenção da Instituição.

A atividade 6420 – Apoio e qualificação da infraestrutura - cuja realização foi de R\$ 118.122.098,65 (cento e dezoito milhões, cento e vinte e dois mil, noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) representou empenhamento de valores referentes a despesas correntes, tais como gastos com locação de mão de obra, outros serviços de terceiros, diárias, ajuda de custo, treinamento e capacitação de pessoal, passagens e despesas com locomoção, locação e encargos com imóveis,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



serviços de segurança e vigilância, serviços de limpeza e higiene entre outros. As demais aquisições se concentraram em componentes para a manutenção da Instituição, como materiais de expediente, de limpeza e higiene, suprimentos de informática, tais como diversos softwares, serviços de comunicação de dados, serviços de suporte técnico, de processamento de dados, consultoria, assim como materiais para manutenção de bens móveis e imóveis.

Tais dados permitem observar a preocupação da atual Administração com o planejamento, a racionalidade e a correta aplicação dos recursos tendo em conta o princípio da economicidade e a otimização plena dos recursos orçamentários.

A *Construção/Instalação de Sedes Próprias e Promotorias de Justiça – Projeto 1764*, obteve dotação inicial de R\$ 5.995.444,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais), sendo reduzida em R\$ 761.915,03 (setecentos e sessenta e um mil, novecentos e quinze reais e três centavos), ficando a dotação final em R\$ 5.233.528,97 (cinco milhões, duzentos e trinta e três mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos). O total empenhado foi de R\$ 5.233.528,97 (cinco milhões, duzentos e trinta e três mil, quinhentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos) e objetivou a aquisição, adaptação, construção, recuperação, manutenção e elaboração de projetos de diversos prédios no interior do Estado e na Capital, visando dotar o Ministério Público de condições físicas fundamentais para o bom desempenho das suas atribuições junto à sociedade. Foram construídas e reformadas diversas Promotorias de Justiça na Capital e no interior do Estado, podendo-se citar as comarcas de Bom Jesus, Canoas, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Faxinal do Soturno, Gramado, Jaguari, Lavras do Sul, Montenegro, Passo Fundo, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Maria, São Francisco de Assis, Três Passos e Tupanciretã. Na capital do Estado podem ser assinaladas as Sedes da Aureliano de Figueiredo Pinto, da Andrade Neves, do Partenon e da Santana.



PV

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Os recursos apropriados nas demais Atividades relacionadas a Encargos Gerais do Ministério Público, decorrentes de gastos com membros e servidores inativos, foram utilizados na sua totalidade.

4. INVENTÁRIO DE BENS E VALORES

a) UNIDADE DE ALMOXARIFADO

O inventário dessa Unidade foi autuado no processo n.º 2270-0900/16-1. A Comissão de Inventário foi constituída mediante Portaria n.º 3760/2016, Boletim 387/2016, disponibilizado no Diário Eletrônico do MP/RS de 29 de novembro de 2016, para proceder ao inventário de bens de consumo, que apurou, ao final do decorrer da contagem física, o valor em estoque de R\$ 1.351.310,27 (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e dez reais e vinte e sete centavos). Esse valor, contrastado com o valor em estoque no sistema de R\$ 1.351.365,57 (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), apresentou uma diferença financeira de R\$ 55,30 (cinquenta e cinco reais e trinta centavos) que representa, percentualmente, 0,0041%. Cabe salientar que os ajustes pertinentes foram efetivados de tal forma que hoje a existência física dos itens confere com o constante no sistema.

b) UNIDADE DE PATRIMÔNIO

A Unidade de Patrimônio teve seu inventário autuado no processo n.º 2271-09.00/16-4. A Comissão de Inventário foi constituída mediante Portaria n.º 3761/2016, Boletim 387/2016, disponibilizada no Diário Eletrônico do MP/RS de 29 de novembro de 2016. O valor



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



inventariado como aquisição patrimonial no exercício de 2016, em 30 de novembro, foi de R\$ 3.210.364,19 (três milhões, duzentos e dez mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos).

Ressaltamos, por fim, que os controles aplicados sobre os bens patrimoniais buscam minimizar e zerar as eventuais divergências entre os registros da Instituição e os existentes no sistema FPE. Esse trabalho, contudo, é dinâmico, estando em constante evolução e, mais importante, é feito em parceria com os servidores da Seccional da CAGE, na busca da maior transparência possível no trato da coisa pública.

c) UNIDADE DE PAGADORIA

O inventário da Unidade de Pagadoria foi autuado no processo n.º 346-09.00/17.4. A Comissão para Inventário de Valores da Pagadoria foi constituída mediante Portaria n.º 0395/2017, Boletim 048/2017, disponibilizado no Diário Eletrônico do MP/RS de 16 de fevereiro de 2017.

O valor na tesouraria do Ministério Pùblico apresentou o montante de R\$ 95.569.065,75 (noventa e cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), conforme a ata de inventário, em anexo.

No que diz respeito ao Fundo de Reaparelhamento, o valor apresentado foi de R\$ 40.523.985,36 (quarenta milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos), conforme ata em anexo.

Na conta do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados o montante em depósito foi de R\$ 821.054,13 (oitocentos e vinte e um mil, cinquenta e quatro reais e treze centavos).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9V

5. DECLARAÇÃO DE BENS - RESOLUÇÃO 833/2008 TC

As declarações de bens foram realizadas por meio eletrônico, via INTRANET desta Instituição, assim como pela INTERNET, conforme Lei Estadual n.º 12.980, de 05 de junho de 2008, combinada com o Provimento n.º 07/2012 do MP/RS.

6. OBSERVAÇÕES DO ADMINISTRADOR

Concluo o presente relatório, cujas peças integrantes do processo foram por mim examinadas e visadas e às quais nada mais tenho a complementar.

Porto Alegre, 10 de março de 2017.

Marcelo Lemos Dornelles,

Procurador-Geral de Justiça

Roberval da Silveira Marques,

Diretor-Geral



003641-1400/17-8

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



ANEXOS

003641-1400/17-8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



ATAS DOS INVENTÁRIOS DE BENS E VALORES

0036 41-1400 / 17-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

ATA DE INVENTÁRIO DE VALORES DE ALMOXARIFADO

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2016 (28 /11/2016), a comissão de inventário constituída pelos servidores Alex Fabiani Martins de Souza, ID 3432416, Rute dos Santos Oliveira, ID 3428400, Roberto Neumar de Oliveira Rahmann, ID 3430235, designados pela Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci, subprocuradora – Geral de Justiça Para Assuntos Administrativos, mediante portaria n.º3760/2016, compareceram à Unidade de Almoxarifado da Procuradoria-Geral de Justiça, sito na Rua Beco José Paris, n.º 675 depósito 5, na cidade de Porto Alegre, contando com a presença do Coordenador da Unidade, Sr. Moisés G. Duarte, com o objetivo de proceder o inventário dos materiais de consumo existentes na referida unidade com posição de vinte e oito de novembro de 2016 (28/11/2016). No próprio dia vinte e oito de novembro de 2016 (28/11/2016), foram iniciados os trabalhos de contagem dos materiais, os quais foram encerrados dia trinta de novembro de 2016 (30/11/2016). Durante o período de contagem, não foram atendidas requisições no sistema de almoxarifado e não houve saídas e nem recebimento de materiais. A comissão constatou a existência de R\$ 1.351.310,27 que difere a menor em R\$ 55,29 do valor constante dos registros no sistema do almoxarifado (R\$ 1.351.365,57). O valor de diferença representa, pois, -0,0041% do valor do estoque constante do sistema. Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo responsável e membros da comissão.

Alex Fabiani Martins de Souza
Presidente da comissão

Rute dos Santos Oliveira
membro da comissão

Moisés G. Duarte
Coordenador da Unidade de Almoxarifado

Roberto Neumar de Oliveira Rahmann
membro da comissão

003641-1400/17-8

Ministério Pùblico
Rio Grande do Sul

ATA DE INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS DO ANO 2016

Aos trinta dias de novembro de dois mil e dezesseis, a Comissão constituída pelos servidores Christian Brod da Rocha, ID 3435040, lotado na Unidade de Almoxarifado, e Eliandro Kunrath, ID 3441547, lotado na Divisão Administrativa, designados pela Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Ana Cristina Cusin Petrucci, através da Portaria 3761/2016, publicada no Diário do Ministério Pùblico de 29 de novembro de 2016, compareceu na Unidade de Patrimônio, situada na Rua Voluntários da Pátria, n. 1981, nesta Capital, para proceder, sob a presidência do primeiro e com o auxílio da equipe do Setor, ao inventário de bens permanentes de propriedade do Ministério Pùblico Estadual. Inicialmente, a Comissão efetuou o levantamento de bens adquiridos no exercício de dois mil e dezesseis, conforme relatório anexo demonstrando um ingresso de bens patrimoniais no montante de R\$ 3.210.364,19 (três milhões, duzentos e dez mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos). No que tange ao próprio procedimento de inventário, a verificação física dos bens é carreada, ao longo do ano, por cada promotoria e setor administrativo da Instituição, os quais são responsáveis pelo levantamento de seus dados e remessa à Unidade de Patrimônio. Essa é a sistemática adotada já ao longo dos anos. A Comissão fez a conferência dos dados com os registros constantes no sistema patrimonial para verificar as eventuais diferenças. Para melhor verificar os resultados, o trabalho foi dividido entre promotorias do interior de um lado e, de outro, promotorias e setores administrativos da Capital. No interior, foram inventariados 47.832 bens, distribuídos em 164 promotorias de justiça, dos quais 708 foram classificados como divergências (tabela anexa). Na Capital foram inventariados 30.348 bens, distribuídos entre 117 promotorias e setores administrativos, e, destes, 936 foram apontados como divergências (tabela anexa). Assim, as divergências representam 2,1% do total de bens. A partir do início de 2017, a Unidade de Patrimônio passa a trabalhar nessas diferenças com as promotorias e setores onde originadas, diligenciando para que os responsáveis efetivamente localizem os bens ou justifiquem a ausência. A Unidade também procura, dentro do possível de sua força de trabalho, visitar os locais com maior número de diferenças para auxiliar na resolução das mesmas. Seguindo algo que tem ocorrido já há alguns anos, na busca de um sistema de controle dos bens que realmente tem vulto, a Divisão de Suprimentos propõe à Administração a baixa daqueles bens que não justificam seu registro em sistema em função de possuírem baixo valor de aquisição (abaixo de cem reais) como, por exemplo, teclados de microcomputador. Esse tipo de baixa já se mostrou producente em relação a outros bens (p.ex. caixa de entrada de documento, grampeadores etc.) que, devido a sua movimentação, também geravam diversas divergências de inventário. Essas medidas já tem sido adotadas em outros órgãos como, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado. Muito importante assinalar que segue sendo implementada no sistema patrimonial a localização física dos bens em suas respectivas unidades da Instituição. Dessa forma, quando da realização do Inventário, o servidor da Promotoria terá acesso a uma lista de referência geográfica de cada item. No fim desse exercício foi concluído o projeto que permitirá a possibilidade de os próprios usuários finalizarem termos de bens que estejam na sua carga, tanto recebendo, quanto para enviar para outro setor, o que tornará o controle mais imediato por não requerer a intervenção de um terceiro para a finalização do termo. Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos integrantes da Comissão e pelo responsável da Unidade.

Christian Brod da Rocha,
Presidente da Comissão

Carlos Alberto de Oliveira Pereira,
Coordenador da Unidade de Patrimônio

Eliandro Kunrath,
Membro da Comissão

0036 41-1400 / 17-8

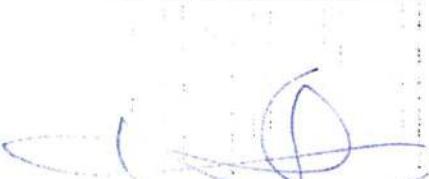


**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

INVENTÁRIO DA PAGADORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL.

Tesourarias 001 e 079

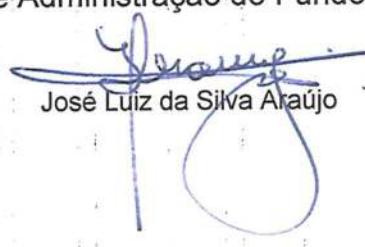
Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete , na sala da Assessoria de Planejamento e Orçamento, foi realizado o inventário da Pagadoria do Ministério Público referente ao exercício de 2016, estando presente a Comissão de Inventário, composta pelos seguintes servidores: Luciano Finn Barth,Auxiliar Administrativo ID nº 3428702 e Luciano Fernandes Teixeira,Assessor Especial II ID 3448827. Nas contas correntes do Ministério Público, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Agência 0835, números 03.120.710.0-3, 03.120.710.9-7, 03.121.481.0-3, 03.121.481.9-7 e 03.201.553.0-3, o valor total encontrado foi de R\$ 95.569.065,75 (Noventa e Cinco Milhões Quinhentos e Sessenta e Nove Mil e Sessenta e Cinco Reais e Setenta e Cinco Centavos).Na conta do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, nº 03. 205.340.0-2 o montante em depósito é R\$ 821.054,13 (Oitocentos e Vinte e Um Mil e Cinquenta e Quatro Reais e Treze Centavos) . Nas contas do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público, Tesouraria 079, foi aferida a importância de R\$ 40.523.985,36 (Quarenta Milhões Quinhentos e Vinte e Três Mil Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Trinta e Seis Centavos), valores encontrados nas contas 03.120.194.0-0 (conta Centralizadora do Fundo) e 03.120.195.0-8 (conta Pagadora do Fundo). A Comissão utilizou para apuração dos valores os extratos bancários em anexo. Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelos membros da Comissão de Inventário e também pelos membros da Junta de Administração do Fundo de Reaparelhamento.

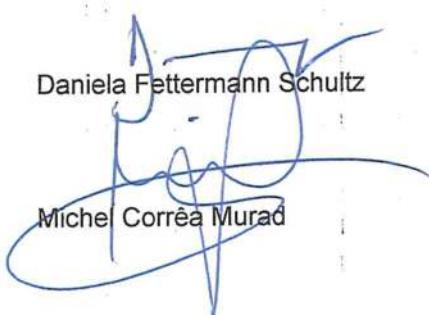

Luciano Finn Barth
Presidente


Luciano Fernandes Teixeira
Membro

Ciente e de acordo da Junta de Administração do Fundo de Reaparelhamento


Daniela Fettermann Schultz


José Luiz da Silva Araújo


Michel Corrêa Murad

003641-1400/17-8



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



RAFES

ÓRGÃO: 09 - MINISTÉRIO PÚBLICO

U.O. : 09.01 - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA,	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	GRUPOS DE DESPESA	
								TOTAL	
03 ESSENCIAL A JUSTICA	594.871.282,47		118.122.098,65	11.193.821,76				724.187.202,88	
03.0122 ADMINISTRACAO GERAL	594.871.282,47		118.122.098,65	11.193.821,76				724.187.202,88	
03.0122.0138 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	594.871.282,47		118.122.098,65					712.993.381,12	
2101 EXECUCAO DA FUNCAO JURISDICIONAL DO ESTADO E DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA	594.871.282,47							594.871.282,47	
TESOURO-LIVRES	594.871.282,47							594.871.282,47	
DESPESA FIXADA	654.198.550,00							654.198.550,00	
DESPESA AUTORIZADA	594.871.282,47							594.871.282,47	
6420 APOIO E QUALIFICACAO DA INFRA-ESTRUTURA - MP		118.122.098,65						118.122.098,65	
TESOURO-LIVRES		118.122.098,65						118.122.098,65	
DESPESA FIXADA		70.552.255,00						70.552.255,00	
DESPESA AUTORIZADA		118.122.098,65						118.122.098,65	
03.0122.0503 ACOMPANHAMENTO E EXECUCAO DA DEFESA DA ORDEM JURIDICA, DO REGIME DEMOCRATICO E D			11.193.821,76					11.193.821,76	
1764 CONSTRUCAO/INSTALACAO DE SEDES PROPRIAS E PROMOTORIAS DE JUSTICA				5.233.528,97				5.233.528,97	
TESOURO-LIVRES				5.233.528,97				5.233.528,97	
DESPESA FIXADA				5.700.000,00				5.995.444,00	
DESPESA AUTORIZADA				5.233.528,97				5.233.528,97	
2746 READEQUACAO OPERACIONAL DO ORGÃO E PLANO DIRETOR DE INFORMATICA				5.960.292,79				5.960.292,79	
TESOURO-LIVRES				5.848.626,10				5.848.626,10	
DESPESA FIXADA				16.009.940,00				16.009.940,00	
CONVENIOS				5.848.626,10				5.848.626,10	
DESPESA FIXADA								111.666,69	
DESPESA AUTORIZADA								35.000,00	
03.0301 ATENCAO BASICA								111.900,00	
03.0301.0138 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO									

16
F.
2º F.
POARS - Apo
CURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

003641-1400/17-30

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

ÓRGÃO: 09 - MINISTÉRIO PÚBLICO

U.O. : 09.01 - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTICA

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA					TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	
6737 SISTEMA DE ATENÇÃO A SAÚDE DO TRABALHADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO						
TESOURO-LIVRES						
DESPESA FIXADA			50.000,00			50.000,00
DESPESA AUTORIZADA						
04 ADMINISTRAÇÃO						
04.0131 COMUNICAÇÃO SOCIAL						
04.0131.0138 PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
2945 PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - MP						
TESOURO-LIVRES						
DESPESA FIXADA			400.000,00			400.000,00
DESPESA AUTORIZADA						
TOTAL DA U.O.	594.871.282,47		118.122.098,65	11.193.821,76		724.187.202,88
TESOURO-LIVRES	594.871.282,47		118.122.098,65	11.082.155,07		724.075.536,18
DESPESA FIXADA	654.196.550,00		71.002.255,00	21.709.940,00	295.444,00	747.206.189,00
DESPESA AUTORIZADA	594.871.282,47		118.122.098,65	11.082.155,07		724.075.536,18
CONVENIOS				111.666,69		111.666,69
DESPESA FIXADA				35.000,00		35.000,00
DESPESA AUTORIZADA				111.900,00		111.900,00



DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

ÓRGÃO: 09 - MINISTÉRIO PÚBLICO

U.O. : 09.33 - ENCARGOS GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	GRUPOS DE DESPESA		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
							INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS		
03 ESSENCIAL A JUSTICA	12.375.522,77			37.013.040,25						49.388.563,02
03.0122 ADMINISTRACAO GERAL	12.375.522,77			37.013.040,25						49.388.563,02
03.0122.0369 ENCARGOS ESPECIAIS	12.375.522,77			37.013.040,25						49.388.563,02
6514 OUTRAS CONTRIBUICOES PATRONAIS - MP	12.375.522,77									12.375.522,77
TESOURO-LIVRES	12.375.522,77									12.375.522,77
DESPESA FIXADA	13.078.387,00									13.078.387,00
DESPESA AUTORIZADA	12.375.522,77									12.375.522,77
6515 INDENIZACOES, REEMBOLSOS E RESTITUICOES - MP				37.013.040,25						37.013.040,25
TESOURO-LIVRES				36.946.040,25						36.946.040,25
DESPESA FIXADA				19.000.000,00						19.000.000,00
DESPESA AUTORIZADA				36.946.040,25						36.946.040,25
CONVENIOS				67.000,00						67.000,00
DESPESA FIXADA				67.000,00						67.000,00
CONVENIOS				67.000,00						67.000,00
DESPESA AUTORIZADA				67.000,00						67.000,00
09 PREVIDENCIA SOCIAL	146.323.876,15									146.323.876,15
09.0272 PREV. REGIME ESTATUTARIO	146.323.876,15									146.323.876,15
09.0272.0369 ENCARGOS ESPECIAIS	146.323.876,15									146.323.876,15
8413 CONTRIBUICAO PATRONAL AO FUNDOPREV - CIVIL - MP				7.353.683,40						7.353.683,40
TESOURO-LIVRES	7.353.683,40									7.353.683,40
DESPESA FIXADA	7.231.591,00									7.231.591,00
DESPESA AUTORIZADA	7.353.683,40									7.353.683,40
8809 ENCARGOS COM INATIVOS DO MP	134.549.613,76									134.549.613,76
TESOURO-LIVRES	134.549.613,76									134.549.613,76
DESPESA FIXADA	128.983.165,00									128.983.165,00
DESPESA AUTORIZADA	134.549.613,76									134.549.613,76
8909 ENCARGOS COM PENSIONISTAS DO MP										4.420.578,99
TESOURO-LIVRES										4.420.578,99
DESPESA FIXADA										2.974.400,00
DESPESA AUTORIZADA										4.420.598,99



ÓRGÃO: 09 - MINISTÉRIO PÚBLICO
U.O. : 09.33 - ENCARGOS GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROJETO/ATIVIDADE COM DESDOBRAMENTO DAS FONTES DE RECURSO

ESPECIFICAÇÃO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	GRUPOS DE DESPESA		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
							INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS		
10 SAÚDE	10.518.594,77									10.518.594,77
10.0122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	10.518.594,77									10.518.594,77
10.0122.0369 ENCARGOS ESPECIAIS	10.518.594,77									10.518.594,77
2684 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FAS/RS-IPERGS - ATIVOS - MP	7.998.730,64									7.998.730,64
TESOURO-LIVRES	7.998.730,64									7.998.730,64
DESPESA FIXADA	8.814.716,00									8.814.716,00
DESPESA AUTORIZADA	7.998.730,64									7.998.730,64
6410 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FAS/RS-IPERGS - INATIVOS E PENSIONISTAS - MP	2.519.864,13									2.519.864,13
TESOURO-LIVRES	2.519.864,13									2.519.864,13
DESPESA FIXADA	2.875.730,00									2.875.730,00
DESPESA AUTORIZADA	2.519.864,13									2.519.864,13
28 ENCARGOS ESPECIAIS				284.587,87						284.587,87
28.0846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS				284.587,87						284.587,87
28.0846.0369 ENCARGOS ESPECIAIS				284.587,87						284.587,87
6367 PAGAMENTO DE AUXILIO-FUNERAL - INATIVOS				276.500,23						276.500,23
TESOURO-LIVRES				276.500,23						276.500,23
DESPESA FIXADA				250.000,00						250.000,00
DESPESA AUTORIZADA				276.500,23						276.500,23
6368 PAGAMENTO DE AUXILIO-FUNERAL - ATIVOS					8.087,64					8.087,64
TESOURO-LIVRES					8.087,64					8.087,64
DESPESA FIXADA					8.087,64					8.087,64
DESPESA AUTORIZADA					110.000,00					110.000,00
CONVENIOS					8.087,64					8.087,64
TOTAL DA U.O.										
TESOURO-LIVRES	169.217.993,69				37.297.628,12					206.515.621,81
DESPESA FIXADA	169.217.993,69				37.230.628,12					206.448.621,81
DESPESA AUTORIZADA	163.957.989,00				19.360.000,00					183.317.989,00
CONVENIOS	169.218.013,69				37.230.628,12					206.448.641,81
DESPESA FIXADA										67.000,00

003641-1400/17-8



ÓRGÃO: 09 - MINISTÉRIO PÚBLICO

U.O. : 09.33 - ENCARGOS GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA					TOTAL		
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
DESPESA AUTORIZADA			67.000,00					67.000,00

0036 41-1400/17-8



ÓRGÃO: 09 - MINISTÉRIO PÚBLICO
U.O. : 09.79 - FONDO DE REAPARELHAMENTO DO MP

ESPECIFICAÇÃO	GRUPOS DE DESPESA					TOTAL
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	
03 ESSENCIAL A JUSTICA 03.0122 ADMINISTRACAO GERAL 03.0122.0503acompanhamento e execucao da despesa da ordem juridica, do regime democratico e d			651.128,54 651.128,54 651.128,54	116.000,00 116.000,00 116.000,00		767.128,54 767.128,54 767.128,54
9024 REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO			651.128,54	116.000,00		767.128,54
TESOURO-VINCULADOS POR LEI DESPESA FIXADA DESPESA AUTORIZADA			651.128,54 2.487.500,00 2.487.500,00	116.000,00 2.477.500,00 2.477.500,00		4.965.000,00 4.965.000,00 4.965.000,00
TOTAL DA U.O. TESOURO-VINCULADOS POR LEI DESPESA FIXADA DESPESA AUTORIZADA			651.128,54 651.128,54 2.487.500,00 2.487.500,00	116.000,00 116.000,00 2.477.500,00 2.477.500,00		767.128,54 767.128,54 4.965.000,00 4.965.000,00
TOTAL DO ÓRGÃO: TESOURO-LIVRES DESPESA FIXADA DESPESA AUTORIZADA	764.089.276,16 764.089.276,16 818.156.539,00 764.089.296,16		156.070.855,31 155.352.726,77 90.362.255,00 155.352.726,77	11.309.821,76 11.082.155,07 21.709.940,00 11.082.155,07		931.469.953,23 930.524.158,00 930.524.178,00 930.524.178,00
TESOURO-VINCULADOS POR LEI DESPESA FIXADA DESPESA AUTORIZADA			651.128,54 2.487.500,00 2.487.500,00	116.000,00 2.477.500,00 2.477.500,00		767.128,54 4.965.000,00 4.965.000,00
CONVERSOS DESPESA FIXADA DESPESA AUTORIZADA			67.000,00 67.000,00	111.666,69 35.000,00 111.900,00		178.666,69 35.000,00 178.900,00

0036 41-1400/17-8



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
AFE-ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA POR DRAGÃO/DE/FUNDO

NR. 00106
FOLHA 00001
DATA 26/7/2017
NR. 0901 MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROJETIVO POSICAO EM 31/12/2016

II.0. 0901 MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ELEMENTO	DOTACAO INICIAL	Liberado	EMPENHADO	SLD. REQUISITADO	SLD. A LIQUIDAR	SLD. LIBERADO
NAT. DESP. RUBR.	DESP. AUTORIZADA	RESERVADO	TRANSF. A FUNDOS	SLD. L. LIBERADO	DESPESA REALIZADA	LIBERADO

1764 - CONSTRUCAO/INSTALACAO DE SEDES PROPRIAS E PROMOTORIAS DE JUSTICA						
	5. 985.444,00	5. 233.528,97	5. 233.528,97	0,00	0,00	3.321.269,72
	5. 233.528,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.912.259,25
4.4.90.51	5.000.000,00	5. 233.528,97	5. 233.528,97	0,00	0,00	3.321.269,72
	5. 233.528,97	0,00	0,00	0,00	0,00	1.912.259,25
4.4.90.51.5102	0,00			44.812,07		
4.4.90.51.5103	0,00			5.184.666,90		
4.4.90.51.5106	0,00			4.080,00		
4.4.90.61	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.61	295.444,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2101 - EXECUCAO DA FUNCAO JURISDICIONAL DO ESTADO E DA DEFESA DA DROGA/ADOLESCENTES						
	654.198.550,00	594.871.282,47	594.871.282,47	0,00	0,00	223.612,04
	594.871.282,47	0,00	0,00	0,00	0,00	694.647.670,43
3.1.90.11	642.028.550,00	571.231.239,54	571.231.239,54	0,00	0,00	0,00
	571.231.239,54	0,00	0,00	0,00	0,00	571.231.239,54
3.1.90.11.1102	0,00			367.852.066,95		
3.1.90.11.1103	0,00			35.866.910,03		
3.1.90.11.1104	0,00			51.478.921,32		
3.1.90.11.1105	0,00			36.124.648,79		
3.1.90.11.1107	0,00			14.164.413,34		
3.1.90.11.1112	0,00			6.808.219,75		
3.1.90.11.1116	0,00			989.769,44		
3.1.90.11.1118	0,00			38.624.736,82		
3.1.90.11.1119	0,00			4.334.982,94		
3.1.90.11.1120	0,00			8.763.019,04		
3.1.90.11.1121	0,00			4.974.497,02		
3.1.90.11.1122	0,00			1.249.054,10		



U.0.0901 MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

POSIÇÃO EM: 31/12/2016

PROJ/ATIV DOTAGAO INICIAL
ELEMENTO DESP. AUTORIZADA
NAT.DSP.RUBR

L LIBERADO
RESERVADO

EMPESTADO
TRANSF. A FUNDOS

SLD. REQUISITADO
SLD. LIBERADO

SLD. NAO COMPR.

SLD. A LIQUIDAR
DESPESA REALIZADA

SLD. LIVRAR/ LIBERADO

3.1.90.92 9.960.000,00 21.476.816,28 21.476.816,28 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

3.1.90.92.0107 0,00 0,00 692.947,52

3.1.90.92.1102 0,00 11.767.480,67

3.1.90.92.1103 0,00 11.544.517,68

3.1.90.92.1104 0,00 94.328,47

3.1.90.92.1105 0,00 34.707,00

3.1.90.92.1107 0,00 1.034.613,79

3.1.90.92.1112 0,00 190.795,70

3.1.90.92.1116 0,00 39.834,74

3.1.90.92.1118 0,00 36.433,07

3.1.90.92.1119 0,00 12.563,13

3.1.90.92.1120 0,00 153.983,96

3.1.90.92.1121 0,00 882,32

3.1.90.92.1122 0,00 311.280,92

3.1.90.92.9402 0,00 5.572.586,24

3.1.90.93 660.000,00 660.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

660.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

3.1.90.93.9323 0,00 650.000,00

1.560.000,00 1.513.226,65 1.513.226,65 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

1.513.226,65 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

3.1.90.94 0,00 1.513.226,65

1.513.226,65 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

3.1.90.94.9402 0,00 1.513.226,65

1.513.226,65 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

2746 - READQUACAO OPERACIONAL DO GRCDAO E PLANO DIRETOR DE INFORMATICA

16.044.940,00 5.960.526,10 5.960.526,10 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

5.960.526,10 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

4.4.90.52 16.044.940,00 6.960.526,10 6.960.526,10 0,00 0,00 0,00 0,00

5.960.526,10 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

4.4.90.52.5201 0,00 13.400,00

13.400,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

BIO GRANDE DO SUL, GOVERNO DO ESTADO
AFE - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA POR CRÉDITO/DE FONDO

Nº 00108
FOLHA 00003
BAFF250/24012017
POSTAGEM: 31/12/2016

U.6 - 0901 MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROJ/ATIV ELEMENTO NAT. DSP. RUHR	DOTACAO INICIAL DESP. AUTORIZADA	LIBERADO RESERVADO	EMPENHADO TRANSF. A FUNDOS	SUB DESP. AUTOR. SLD. L LIBERADO	SLO. A LIQUIDAR SLD. L LIBERADO/ DESPESA REALIZADA LIBERADO
4.4.90.52.5205	0,00		900,00		
4.4.90.52.5212	0,00		439.378,58		
4.4.90.52.5213	0,00		85.000,00		
4.4.90.52.5214	0,00		658.955,70		
4.4.90.52.5217	0,00		10.530,00		
4.4.90.52.5219	0,00		345.975,64		
4.4.90.52.5222	0,00		119.066,00		
4.4.90.52.5228	0,00		4.187.238,29		
4.4.90.52.5231	0,00		99.847,58		

2945 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - MP

400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2942 - APOIO E QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA - NP

70.552.255,00	118.122.098,65	118.122.098,65	0,00	0,00	44.780.301,35	0,00	
118.122.098,65	0,00	0,00	0,00	0,00	73.344.797,30		
3.3.90.04	1.500.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	0,00	0,00	1.215.178,21	0,00
	1.350.000,00	0,00	0,00	0,00	134.821,79		

3.3.90.04.0401

0,00		1.350.000,00				
3.3.90.08	3.000.000,00	3.476.132,14	3.476.132,14	0,00	0,00	0,00
	3.476.132,14	0,00	0,00	0,00	3.476.132,14	

3.3.90.08.0405

0,00		3.476.132,14				
3.3.90.14	3.000.000,00	3.116.374,00	3.116.374,00	0,00	0,00	0,00
	3.116.374,00	0,00	0,00	0,00	3.116.374,00	

3.3.90.14.1402

0,00		2.856.039,50				
3.3.90.14.1407	0,00	260.334,50				

3.3.90.30

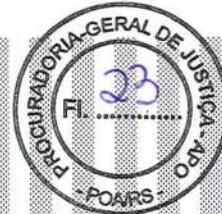
3.000.000,00	4.414.337,46	4.414.337,46	0,00	0,00	1.933.042,65	0,00
4.414.337,46	0,00	0,00	0,00	0,00	2.481.294,81	

3.3.90.30.3002

0,00		1.360,00				

003641-1400/17-

00



3.3.90.30.3003	0,00	0,00	4.039,79			
3.3.90.30.3004	0,00	683.109,95				
3.3.90.30.3006	0,00	26.436,77				
3.3.90.30.3009	0,00	2.195.852,50				
3.3.90.30.3010	0,00	3.075,00				
3.3.90.30.3011	0,00	36.594,02				
3.3.90.30.3013	0,00	239.277,13				
3.3.90.30.3016	0,00	1.225,00				
3.3.90.30.3018	0,00	1.658,40				
3.3.90.30.3021	0,00	186.828,26				
3.3.90.30.3028	0,00	101.047,70				
3.3.90.30.3031	0,00	121.287,43				
3.3.90.30.3032	0,00	303.956,18				
3.3.90.30.3033	0,00	493.442,93				
3.3.90.30.3034	0,00	1.663,00				
3.3.90.30.3035	0,00	13.463,40				
3.3.90.31	0,00	17.405,45	0,00	0,00	12.565,00	0,00
3.3.90.31.3102	0,00	0,00	0,00	0,00	4.880,45	
3.3.90.33	800.000,00	543.217,93	0,00	0,00	272.452,02	0,00
	543.217,93	0,00	0,00	0,00	270.765,91	
3.3.90.33.3301	0,00	319.936,71				
3.3.90.33.3302	0,00	70.966,71				
3.3.90.33.3304	0,00	152.314,51				
3.3.90.35	100.000,00	585.534,16	0,00	0,00	519.184,08	0,00
	585.534,16	0,00	0,00	0,00	566.380,08	
3.3.90.35.3502	0,00	585.534,16				

RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
AFE-ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA POR ORGÃO/ID/FUNDO
U.0.0901 MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTI

PROJ/ATIV ELEMENTO NAT DSP/RUR	DOAÇÃO INICIAL DESP. AUTORIZADA	Liberado RESERVADO	EMPENHADO TRANSF. A FUNDOS	SLD. REQUISITADO SLD. DESP. AUTOR.	SLD. LIBERADO SLD. NAO COMPR.	A LIBERDADE DESPESA REALIZADA	ZSLO LIBERADO LIBERADO
3.3.90.36	14.000,000,00	15.174.155,67	15.174.155,67	0,00	0,00	8.366.781,13	0,00
	15.174.155,67	0,00	0,00			8.807.374,54	
3.3.90.36.3602	0,00		15.636,40				
3.3.90.36.3614	0,00		561.362,30				
3.3.90.36.3618	0,00		30.024,13				
3.3.90.36.3619	0,00		14.567.242,84				
3.3.90.37	15.000,000,00	34.624.644,61	34.624.644,61	0,00	0,00	22.843.933,02	0,00
	34.624.644,61	0,00	0,00			11.780.711,59	
3.3.90.37.3701	0,00		18.024.644,61				
3.3.90.37.3702	0,00		5.930.000,00				
3.3.90.37.3703	0,00		670.000,00				
3.3.90.37.3705	0,00		10.000.000,00				
3.3.90.39	17.602.255,00	17.888.983,16	17.888.983,16	0,00	0,00	9.606.502,37	0,00
	17.888.983,16	0,00	0,00			8.282.480,79	
3.3.90.39.3801	0,00		9.111.880,00				
3.3.90.39.3802	0,00		397.782,20				
3.3.90.39.3810	0,00		1.150.882,15				
3.3.90.39.3816	0,00		351.421,58				
3.3.90.39.3817	0,00		7.613,88				
3.3.90.39.3818	0,00		2.983.000,00				
3.3.90.39.3820	0,00		959.230,25				
3.3.90.39.3821	0,00		1.099.201,15				
3.3.90.39.3823	0,00		4.008,30				
3.3.90.39.3824	0,00		5.368.887,88				
3.3.90.39.3826	0,00		191.800,00				
3.3.90.39.3828	0,00		4.007,19				
3.3.90.39.3829	0,00		606.183,60				

003641-1400/17-00



U.0.0901 MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROJ/ATIV	ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL	Liberado	EMPENHADO	S/LD. REQUISITADO	S/LD. A LIQUIDAR
	NAT. DSP. RUBR.	DESP. AUTORIZADA	RESERVADO	TRANSF. A FUNDOS	S/LD. LIBERADO	DESPESA REALIZADA
3.3.90.39.3930		0,00		102.849,33		
3.3.90.39.3931		0,00		1.611.761,84		
3.3.90.39.3932		0,00		338.571,43		
3.3.90.39.3933		0,00		16.000,00		
3.3.90.39.3934		0,00		214.034,19		
3.3.90.39.3935		0,00		311.172,36		
3.3.90.39.3936		0,00		7.803,18		
3.3.90.39.3939		0,00		37.299,96		
3.3.90.39.3941		0,00		27.645,76		
3.3.90.39.3943		0,00		30.500,00		
3.3.90.39.3948		0,00		4.256,26		
3.3.90.39.3964		0,00		64.300,31		
3.3.90.39.3968		0,00		7.899,13		
3.3.90.39.3979		0,00		550.152,54		
3.3.90.39.3980		0,00		263.400,00		
3.3.90.39.3982		0,00		17.373,77		
3.3.90.39.3989		0,00		274.825,19		
3.3.90.39.3995		0,00		3.699,65		
3.3.90.41.4106		0,00		1.272,00		
3.3.90.46		9.000.000,00		17.841.614,46	0,00	0,00
		17.841.614,46		0,00	0,00	0,00
3.3.90.46.4601		0,00		16.587.497,95		
3.3.90.46.4606		0,00		2.254.116,51		

U.0 - 0001 MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

POSIÇÃO EM: 31/12/2016

PROJ/ATIV ELEMENTO NAT. DESP./RUBR	BOLADA INICIAL DESP. AUTORIZADA	LIBERADO RESERVADO	EMPRENDIMENTO TRANSF. A FUNDOS	SLD. REQUISITADO SLD. LIBERADO	SLD. DESP. AUTOR. SLD. NAO COMPR.	SLD. A LIQUIDAR DESPESA REALIZADA	%SLD. LIBERADO/ LIBERADO
3.3.90.47	250.000,00 260.443,67	260.443,67 0,00	260.443,67 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	10.672,87 248.770,80	0,00
3.3.90.47.4701	0,00			31.000,00			
3.3.90.47.4703	0,00			110.731,98			
3.3.90.47.4707	0,00			118.731,69			
3.3.90.49	2.860.000,00 3.614.679,03		3.614.679,03 0,00	3.614.679,03 0,00	0,00 0,00	3.614.679,03 0,00	0,00
3.3.90.49.4901	0,00			3.614.679,03			
3.3.90.92	500.000,00 15.213.304,91		15.213.304,91 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15.213.304,91 0,00	0,00
3.3.90.92.0805	0,00			47.088,79			
3.3.90.92.1402	0,00			86.289,50			
3.3.90.92.1407	0,00			1.228,00			
3.3.90.92.3006	0,00			318,00			
3.3.90.92.3302	0,00			2.350,95			
3.3.90.92.3618	0,00			8.222,86			
3.3.90.92.3925	0,00			3.939,90			
3.3.90.92.4601	0,00			15.046.688,15			
3.3.90.92.4602	0,00			1.183,92			
3.3.90.92.4606	0,00			185,40			
3.3.90.92.4703	0,00			18.063,86			
3.3.90.92.4801	0,00			634,58			
6737 - SISTEMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO				0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00
				50.000,00 0,00			
3.3.90.99	50.000,00 0,00			0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00

03



RIO GRANDE DO SUL - GOVERNO DO ESTADO
AFE-ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ORGAÑA/FUNDO

NR. 00113
FOLHA 00008
RAFE2601/24012017

PROJETO: 0901 MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PÓSICAO EM: 31/12/2016

PROJETO/V ELEMENTO	DOTAÇÃO INICIAL DESP.AUTORIZADA	Liberado RESERVADO	EMPEHADO TRANSF. A FUNDOS	SLD. REQUISITADO SLD. LIBERADO	SLD. DESP AUTOR. SLD. NAO COMPR.	SLD. A LIQUIDAR SLD. LIBERADO
NAT DESP. RUBR.						

TOTAL DA U.0	747.241,189,90	724.187,436,19	724.187,436,19	724.187,202,88	0,00	233,31	53.266.070,32	0,00
	724.187,436,19	0,00		0,00		233,31	670.919,132,56	

25V

RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
AFE-ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
EXÉRCITO ORGANIZACIONAL POR DIRETÓRIO/FUNDO

Nº 00114
FOLHA 00001
RAFE290/24012017

U.O. 0035 MINISTÉRIO PÚBLICO - BANCOS, GERAIS, DO MINISTÉRIO

POSTO/04 EM: 31/12/2016

PROJATIV ELEMENTO DOTAÇÃO INICIAL LIBERADO RESERVADO DESP. AUTORIZADA NAT. DSP/RURR

SLD. REQUISITADO SLD. DESP. AUTOR. SLD. A. LIGAR/DIR. SLD. LIBERADO/ LIBERADO
SLD. LIBERADO SLD. NAO COMPR. DESPESA REALIZADA

2684 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FAS/RS-IPERGS - ATIVOS - MP

8.814.716,00 7.998.730,64 0,00

7.998.730,64 0,00

3.1.91.13 8.814.716,00 7.998.730,64 0,00

7.998.730,64 0,00

3.1.91.13.1301 0,00

7.998.730,64

2687 - PAGAMENTO DE AUXÍLIO-FUNERAL INATIVOS

250.000,00 276.500,23 0,00

276.500,23 0,00

3.3.90.08.0803 0,00

218.181,00 0,00

3.3.90.92 50.000,00 58.319,23 0,00

58.319,23 0,00

3.3.90.92.0803 0,00

58.319,23

6368 - PAGAMENTO DE AUXÍLIO-FUNERAL ATIVOS

110.000,00 8.087,64 0,00

8.087,64 0,00

3.3.90.08 100.000,00 0,00

0,00 0,00

3.3.90.92 10.000,00 8.087,64 0,00

8.087,64 0,00

3.3.90.92.0803 0,00

8.087,64

6410 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO FAS/RS-LIBEROS - INATIVOS E PENSIONISTAS - MP

2.875.730,00 2.519.864,13 0,00

2.519.864,13 0,00

3.1.91.13 2.875.730,00 2.519.864,13 0,00

2.519.864,13 0,00

3.1.91.13.1301 0,00

2.519.864,13

6514 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - MP

13.078.387,00 12.375.522,77 0,00

12.375.522,77 0,00

3.1.91.13.1301 0,00

2.519.864,13

0036 41-1400117-8



PROJ/ATIV ELEMENTO NAT DSFR/RUBR	DOTAÇÃO INICIAL DESP. AUTORIZADA	LIBERADO RESERVADO	EMPREHENDO TRANSF. A FUNDOS	SLD. REQUISITADO SLD. LIBERADO	SLD. DESP. AUTOR. SLD. NAO COMPR.	SLD. A LIQUIDAR SLD. LIBERADO
3.1.90.13	13.078.387,00	12.375.522,77	12.375.522,77	0,00	0,00	3.294,52 0,00
	12.375.522,77	0,00	0,00	0,00	0,00	12.375.522,75
3.1.90.13.1304	0,00		12.368.878,85			
3.1.90.13.1306	0,00			6.648,92		
4615 - INVESTIMENTOS, RECEBIDOS E RESTITUICÕES	19.000.000,00	37.013.040,25	37.013.040,25	0,00	0,00	283.776,13 0,00
	37.013.040,25	0,00	0,00	0,00	0,00	36.728.284,12
3.3.20.93	0,00	167.000,00	167.000,00	0,00	0,00	157.000,00 0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.20.93.9316	157.000,00	0,00		157.000,00		
3.3.90.92	0,00	112.572,20	112.572,20	0,00	0,00	0,00 0,00
	112.572,20	0,00	0,00	0,00	0,00	112.572,20
3.3.90.92.9308	0,00		80.254,83			
3.3.90.92.9313	0,00			6.082,09		
3.3.90.92.9335	0,00		26.225,28			
3.3.90.93	19.000.000,00	36.743.488,05	36.743.488,05	0,00	0,00	126.776,13 0,00
	36.743.468,05	0,00	0,00	0,00	0,00	36.616.691,92
3.3.90.93.9301	0,00		617.082,49			
3.3.90.93.9305	0,00		149.970,54			
3.3.90.93.9308	0,00		819.472,43			
3.3.90.93.9312	0,00		14.768,24			
3.3.90.93.9313	0,00		260.154,29			
3.3.90.93.9331	0,00		78,34			
3.3.90.93.9335	0,00		34.881.941,72			
8413 - CONTRIBUIÇÃO PATRIONAL AO FUNDOPREV - CIVIL - MP	7.231.591,00	7.353.683,40	7.353.683,40	0,00	0,00	0,00 0,00
	7.353.683,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.353.683,40
3.1.91.13	7.231.591,00	7.353.683,40	7.353.683,40	0,00	0,00	0,00 0,00
	7.353.683,40	0,00	0,00	0,00	0,00	7.353.683,40
3.1.91.13.1315	0,00		7.353.683,40			

RIO GRANDE DO SUL - GOVERNO DO ESTADO
AFE - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA POR ORGÃO/DO/UF/FUNDO

NR 00118
FOLHA 00003
RAFFEE230/24012017
POSTO/EM: 31/12/2016

U.0 - 0933 MINISTÉRIO PÚBLICO - ENCARGOS GERAIS DO MINISTÉRIO

PROJ/ATIV ELEMENTO NAT. DS/P.RUE/R	DOACAO INICIAL DESP. AUTORIZADA	Liberado RESERVADO	EXPENHAD0 TRANSF. A FUNDOS	SLO. REQUISITADO SLD. LIBERADO	SLO. DESP. AUTOR. SLD. NAO COMPR.	SLO. A LIQUIDAR DESPESA REALIZADA	%SLD. LIBERADO LIBERADO

8809 - ENCARGOS COM INATIVOS DO MP							
128.888,165,00	134.549.613,76	134.549.613,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134.549.613,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.549.613,76	0,00
3.1.90.01	122.871.565,00	125.642.223,20	125.642.223,20	0,00	0,00	0,00	0,00
	125.642.223,20	0,00				125.642.223,20	
3.1.90.01.0107	0,00		115.856.885,23				
			9.765.663,02				
3.1.90.01.0108	0,00						
3.1.90.01.0109	0,00		19.884,95				
3.1.90.92	6.011.600,00	8.907.390,56	8.907.390,56	0,00	0,00	0,00	0,00
	8.907.390,56	0,00	0,00	0,00	0,00	8.907.390,56	0,00
3.1.90.92.0107	0,00		8.907.357,52				
3.1.90.92.1105	0,00		33,04				

8909 - ENCARGOS COM PENSIONISTAS DO MP							
2.874.400,00	4.420.578,99	4.420.578,99	0,00	0,00	20,00	0,00	0,00
4.420.598,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.420.578,99	0,00
3.1.90.03	546.000,00	538.333,12	538.333,12	0,00	0,00	0,00	0,00
	538.333,12	0,00	0,00	0,00	0,00	538.333,12	0,00
3.1.90.03.0308	0,00		496.822,88				
3.1.90.03.0304	0,00		41.410,24				
3.1.90.92	2.438.400,00	3.882.245,87	3.882.245,87	0,00	0,00	20,00	0,00
	3.882.265,87	0,00	0,00	0,00	0,00	3.882.245,87	0,00
3.1.90.92.0303	0,00		3.712.196,86				
3.1.90.92.1107	0,00		170.049,01				
TOTAL DA U.0	183.317.989,00	206.515.821,81	206.515.821,81	0,00	20,00	287.070,65	0,00
	206.515.821,81	0,00	0,00	0,00	0,00	206.228.551,16	



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
AFE-ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
EXEQUÊNCIA ORÇAMENTARIA DO ORGÃO/ABO/FUNDO

PROJETO: 0919 MINISTÉRIO PÚBLICO - FUNDOS DE REAPARELHAMENTO
PROJETO: 0919 MINISTÉRIO PÚBLICO - FUNDOS DE REAPARELHAMENTO
PROJETO: 0919 MINISTÉRIO PÚBLICO - FUNDOS DE REAPARELHAMENTO

NR 00117
FOLHA 00001
REFEE/05/24012017

PROJETO: 0919 MINISTÉRIO PÚBLICO - FUNDOS DE REAPARELHAMENTO

PROJETO: 0919 MINISTÉRIO PÚBLICO - FUNDOS DE REAPARELHAMENTO

PROJETO: 0919 MINISTÉRIO PÚBLICO - FUNDOS DE REAPARELHAMENTO

PROJETO	DOTAÇÃO INICIAL	Liberado	EMPRENDIMENTO	SLD. REQUISITADO	SLD. DESP. AUTOR.	SLD. A LIBERAR	VALOR LIBERADO
ELEMENTO	DESP. AUTORIZADA	RESERVADO	TRANSF. A FUNDOS	SLD. LIBERADO	SLD. NO COMP.	DESPESA REALIZADA	LIBERADO
NAT. DSP. RUE/R							
9024 - REAPARELHAMENTO E MODERNIZACAO DO MINISTERIO PUBLICO							
4.985.000,00	4.985.000,00	0,00	1.449.302,02	767.128,54	0,00	4.187.871,46	43.484,50
4.985.000,00	4.985.000,00	0,00	0,00	682.173,48	682.173,48	723.664,04	47,06
3.3.90.39	2.487.500,00	2.487.500,00	1.333.302,02	651.128,54	0,00	1.836.371,46	43.484,50
3.3.90.39.3810	0,00	0,00	0,00	682.173,48	682.173,48	607.664,04	51,16
3.3.90.39.3824	0,00	0,00	63.000,00	561.128,54	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.3825	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52	2.477.500,00	2.477.500,00	116.000,00	116.000,00	0,00	2.361.500,00	0,00
4.4.90.52.5201	0,00	0,00	116.000,00	0,00	0,00	116.000,00	0,00
TOTAL DA U.0	4.985.000,00	4.985.000,00	1.449.302,02	767.128,54	0,00	4.187.871,46	43.484,50
	4.985.000,00	4.985.000,00	0,00	0,00	682.173,48	682.173,48	723.664,04
TOTAL ORGAO	935.624.176,00	935.624.176,00	932.152.380,02	931.469.863,23	0,00	4.188.124,77	53.598.865,47
	935.628.078,00	935.628.078,00	0,00	0,00	682.406,79	682.406,79	877.871.347,76

PROJETO	DOTAÇÃO INICIAL	Liberado	EMPRENDIMENTO	SLD. REQUISITADO	SLD. DESP. AUTOR.	SLD. A LIBERAR	VALOR LIBERADO
ELEMENTO	DESP. AUTORIZADA	RESERVADO	TRANSF. A FUNDOS	SLD. LIBERADO	SLD. NO COMP.	DESPESA REALIZADA	LIBERADO
NAT. DSP. RUE/R							
9024 - REAPARELHAMENTO E MODERNIZACAO DO MINISTERIO PUBLICO							
4.985.000,00	4.985.000,00	0,00	1.449.302,02	767.128,54	0,00	4.187.871,46	43.484,50
4.985.000,00	4.985.000,00	0,00	0,00	682.173,48	682.173,48	723.664,04	47,06
3.3.90.39	2.487.500,00	2.487.500,00	1.333.302,02	651.128,54	0,00	1.836.371,46	43.484,50
3.3.90.39.3810	0,00	0,00	0,00	682.173,48	682.173,48	607.664,04	51,16
3.3.90.39.3824	0,00	0,00	63.000,00	561.128,54	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.3825	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52	2.477.500,00	2.477.500,00	116.000,00	116.000,00	0,00	2.361.500,00	0,00
4.4.90.52.5201	0,00	0,00	116.000,00	0,00	0,00	116.000,00	0,00
TOTAL DA U.0	4.985.000,00	4.985.000,00	1.449.302,02	767.128,54	0,00	4.187.871,46	43.484,50
	4.985.000,00	4.985.000,00	0,00	0,00	682.173,48	682.173,48	723.664,04
TOTAL ORGAO	935.624.176,00	935.624.176,00	932.152.380,02	931.469.863,23	0,00	4.188.124,77	53.598.865,47
	935.628.078,00	935.628.078,00	0,00	0,00	682.406,79	682.406,79	877.871.347,76

0036 41-1400117-8



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO

FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00100

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezembro/2016

RECURSO 0011 - RECURSOS DO TESOURO UTILIZADOS PELOS OUTROS PODERES

Saldo dos Recursos a Empenhar, Considerado na Exposição sobre Gestão dos Recursos Vinculados do Exercício de 2015

Ingresso de Receita

132502990005 - REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-NAO VINCULADO-O	16.153,85
191927990083 - MULTAS CONTRATUAIS - OUTROS PODERES	18.294,47
192299990101 - RESTITUICAO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS - OUTROS PODERES	193.000,05
192299990102 - OUTRAS RESTITUICOES - OUTROS PODERES	987.671,32
192299990111 - RESTITUICOES SOBRE PAGAMENTOS DE PESSOAL-OUTROS PODERE	30.520,03
199098990101 - DIVERSAS RECEITAS EVENTUAIS-OUTROS PODERES	1.366,65
199099020004 - ANULACAO DE RESTOS A PAGAR-RECURSOS DO TESOURO UTILIZADO	344.364,16
	1.591.370,53

Recebimento de Recurso

0164 - RECEITAS VINCULADAS AO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO MINISTERIO PU	0,00
	0,00

Empenhado

UO/Fundo	Projeto	Elemento Despesa	
01.01 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA			
1763 - MELHORIA ESPACO FISICO			
4.4.90.51			2.539.950,00
2015 - PUBLIC INSTITUCIONAL-AL			7.000.000,00
3.3.90.39			
2299 - REMUN PESSOAL ATIVO-AL			224.377.618,26
3.1.90.11			542.043,88
3.1.90.16			

0036 41-1400 / 17-8



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Folha: 00101

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

RFPE292 24/01/2017

		Posição Dezembro/2016
3.1.90.92		22.785.095,41
3.1.90.93		1.268.905,97
3.1.90.94		2.027.930,29
3.1.90.96		162.165,43
2673 - AUXILIOS ATIVOS-AL		
3.3.90.8		2.015.023,78
3.3.90.46		6.933.810,75
3.3.90.92		33.320,48
6351 - APOIO ADM E QUAL INFRA-AL		
3.3.90.14		2.504.340,12
3.3.90.30		3.178.359,34
3.3.90.31		17.459,40
3.3.90.33		1.524.751,40
3.3.90.36		2.000,00
3.3.90.37		7.682.241,53
3.3.90.39		13.563.120,35
3.3.90.41		320.199,60
3.3.90.47		26.595,06
3.3.90.92		467.561,32
3.3.90.93		3.845.997,40
3.3.91.39		40.756,02
4.4.90.52		7.000.897,00
6657 - APPROX ASSEMBL SOCIEDADE		
3.3.90.31		66.881,50
3.3.90.36		19.950,00
3.3.90.39		4.956.286,68

0036 41-1400 / 17 - 0



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00102

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezembro/2016

3.3.90.47	4.3.90.47	4.020,53
3.3.90.92	3.3.90.92	4.479,74
3.3.91.39	3.3.91.39	360.535,85
4.4.90.52	4.4.90.52	68.945,00
01.33 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ENCARGOS GERAIS DA ASSEMB		315.341.242,09
2379 - AUXILIOS INATIVOS-AL		236.104,87
3.3.90.8	3.3.90.8	
2674 - CP FAS/RS - ATIVOS - AL		5.196.190,15
3.1.91.13	3.1.91.13	4.549.353,13
6354 - CP FAS/RS - INATIVOS - AL		28.220.169,72
3.1.91.13	3.1.91.13	94.007,92
6533 - OUTRAS CONTRIB PATR-AL		4.425.317,08
3.1.90.13	3.1.90.13	
3.1.90.92	3.1.90.92	
3.1.91.13	3.1.91.13	
3.1.91.92	3.1.91.92	397.712,84
84117 - CP FUNDOPREV - CIVIL AL		
3.1.91.13	3.1.91.13	142.785,39
8801 - ENCARGOS COM INATIVOS-AL		
3.1.90.1	3.1.90.1	185.908.112,53
3.1.90.92	3.1.90.92	22.422.504,30
8901 - ENCARGOS PENSIONISTAS-AL		
3.1.90.3	3.1.90.3	901.047,48
02.01 - TRIBUNAL CONTAS DO ESTADO TRIBUNAL DE CONTAS DO EST		252.493.305,41
5623 - AMPL E REFOR DA INFRA-TCE		
4.4.90.51	4.4.90.51	867.351,07



0036 41-1400 / 17 - 00

RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
 FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00103

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezembro/2016

			003641-1400/17-	
5845 - QUAL APERF CONTR EXT	3.3.50.41	50.000,00		
6303 - REMUN PESSOAL ATIVO-TCE	3.1.90.11	210.073.655,39		
	3.1.90.16	939.046,56		
	3.1.90.92	1.561.472,84		
	3.1.90.93	1.519.945,40		
	3.1.90.94	14.693.902,91		
	3.1.90.96	142.672,37		
6304 - MANUT E EXP SIST PROC DAD	3.3.90.30	38.250,19		
	3.3.90.35	13.400,00		
	3.3.90.39	4.452.873,37		
	4.4.90.52	110.061,34		
6306 - ATEND SERV PERIC MEDICAS	3.3.90.30	89.758,34		
	3.3.90.39	50.281,55		
	4.4.90.52	29.033,00		
6369 - MANUT SISTEMA GESTAO-TCE	3.3.90.35	37.959,18		
6378 - CAPAC E TREINAMENT DE RH	3.3.90.14	272.095,60		
	3.3.90.33	106.438,99		
	3.3.90.39	166.641,79		
6402 - FISC ARREC APPLIC REC PUBL	3.3.90.14	1.653.908,70		



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Posição Dezembro/2016

RFPE292 24/01/2017

3.3.90.30	731.964,93
3.3.90.31	15.979,60
3.3.90.33	199.851,46
3.3.90.36	207.037,68
3.3.90.37	4.951.939,60
3.3.90.39	3.878.246,03
3.3.90.41	10.000,00
3.3.90.47	30.795,76
3.3.90.92	79.019,49
3.3.90.93	1.096.721,65
4.4.90.51	5.200,00
4.4.90.52	151.732,63
6406 - PAG AUX A SERV E MEMB TCE	
3.3.90.8	304.454,51
3.3.90.46	3.932.336,07
3.3.90.92	615.304,19
3.3.90.93	886.047,03
6658 - APRIMORAM GESTAO PESSOAS	
3.3.90.14	20.796,40
3.3.90.33	2.220,03
3.3.90.39	2.768,44
3.3.90.41	870,00
6659 - MANUT OPERAC MP CONTAS	
3.3.90.14	11.840,00
3.3.90.33	254.023.753,04
02.33 - TRIBUNAL CONTAS DO ESTADO ENCARGOS GERAIS DO TRIBUN	

Folha: 00104

003641-1400/17-0



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00105

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezembro/2016

0036	41	-1400	/17-	00
2007 - PAG AUX-FUNERAL ATIVOS	3.3.90.8	30.471,11		
2016 - CP FAS/RS - ATIVOS - TCE	3.1.91.13	4.009.534,53		
6403 - PAG AUX-FUNERAL INATIVOS	3.3.90.8	166.771,69		
6405 - CP FAS/RS INATIVOS - TCE	3.1.91.13	4.486.506,44		
6660 - CP INSS ATIVOS - TCE	3.1.90.13	2.370.457,30		
	3.1.90.92	12.412,01		
8412 - CP FUNDOPREV - CIVIL TCE	3.1.91.13	5.287.133,73		
8802 - ENCARG INATIV E PENS-TCE	3.1.90.1	194.582.442,12		
	3.1.90.3	559.910,16		
	3.1.90.92	8.374.575,29		
03.01 - TRIBUNAL DE JUSTICA TRIBUNAL DE JUSTICA		219.880.214,38		
2031 - VENC PESSOAL ATIVO - TJ				
	3.1.90.11	1.251.805.131,19		
	3.1.90.16	61.648.173,36		
	3.1.90.92	48.321.451,31		
	3.1.90.93	1.441.454,26		
6243 - MANUT ATIV JURISD-TJ	4.4.90.52	524.946,16		
6772 - CAPACITACAO E APERF TJRS				



Folha: 00106

Folha:

Demonstrativo dos Recursos Vinculados	Posição Dezembro/2016	RFPE292 24/01/2017
3.1.90.16	427.381,10	
3.1.90.92	113.770,01	
8470 - AUXILIO PESSOAL ATIVO-TJ		
3.3.90.92	408.022,73	
3.3.90.93	62.888.164,27	1.427.578.494,39
03.33 - TRIBUNAL DE JUSTICA ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL		
2679 - CP FAS/RS - INATIVOS - TJ		
3.1.91.13	21.102.862,13	
6245 - CP FAS/RS - ATIVOS - TJ		
3.1.91.13	26.946.279,69	
6529 - OUTRAS CONTRIB PATR-TJ		
3.1.90.13	36.017.264,13	
3.1.90.92	1.396,40	
6530 - INDENIZ RESTIT-TJ		
3.1.90.3	24.274,80	
3.1.90.92	16.760.277,46	
3.1.90.94	11.869.353,77	
8414 - CP FUNDOPREV - CIVIL - TJ		
3.1.91.13	21.267.779,13	
8803 - ENCARGOS INATIVOS-TJ		
3.1.90.1	739.425.431,29	
3.1.90.92	90.983.384,25	
8903 - ENCARGOS PENSIONISTAS-TJ		
3.1.90.3	11.635.609,04	
3.1.90.92	12.796.244,18	
3.1.90.93	67.883,53	988.898.039,80

0036 41-1400 / 17-8



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO

FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00107

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezembro/2016

07.01 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO JUSTICA MILITAR DO ESTADO

20711 - VENCIMENTO ATIVO-TJM

3.1.90.11 13.720.959,44

3.1.90.16 656.387,68

3.1.90.92 1.032.532,16

3.1.90.93 417.123,75

07.33 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO ENCARGOS GERAIS DA JUSTICIA

2940 - CP FAS/RS - INATIVOS -TJM

3.1.91.13 289.347,05

6221 - CP FAS/RS - ATIVOS - TJM

3.1.91.13 324.278,03

6531 - OUTRAS CONTRIB PATR-TJM

3.1.90.13 487.548,90

6532 - INDENIZ RESTIT - TJM

3.1.90.92 210.506,70

3.1.90.94 64.055,41

8415 - CP FUNDOPREV - CIVIL -TJM

3.1.91.13 90.814,55

8807 - ENCARGOS INATIVOS-JME

3.1.90.1 9.818.119,70

3.1.90.92 1.504.158,42

8907 - ENCARGOS PENSIONISTAS-JME

3.1.90.3 407.487,38

3.1.90.92 2.262.790,64

15.459.106,78

09.01 - MINISTERIO PUBLICO PGJ

1764 - CONST/INST SEDES PROP-PGJ

0036 41 - 1400 / 17 - CO



Folha: 00108

RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

		Posição Dezembro/2016	RFPE292 24/01/2017
4.4.90.51		5.233.528,97	
3.1.90.11		571.231.239,54	
3.1.90.92		21.476.816,28	
3.1.90.93		650.000,00	
3.1.90.94		1.513.226,65	
2746 - READEQ OP PL DIRETOR INFO			
4.4.90.52		5.848.626,10	
6420 - APOIO E QUAL INF-EST-MP			
3.3.90.4		1.350.000,00	
3.3.90.8		3.476.132,14	
3.3.90.14		3.116.374,00	
3.3.90.30		4.414.337,46	
3.3.90.31		17.405,45	
3.3.90.33		543.217,93	
3.3.90.35		585.534,16	
3.3.90.36		15.174.155,67	
3.3.90.37		34.624.644,61	
3.3.90.39		17.888.983,16	
3.3.90.41		1.272,00	
3.3.90.46		17.841.614,46	
3.3.90.47		260.443,67	
3.3.90.49		3.614.679,03	
3.3.90.92		15.213.304,91	
09.33 - MINISTÉRIO PÚBLICO ENCARGOS GERAIS DO MINIST		724.075.536,19	
2684 - CP FAS/RS - ATIVOS - MP			
3.1.91.13		7.998.730,64	



Folha: 00109

Folha: 00109

RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

RFPE292 24/01/2017

		Posição Dezembro/2016	
6367 - PAG AUX FUNERAL-INATIVOS	3.3.90.8	218.181,00	0036 41 - 1400 / 17 - C0
	3.3.90.92	58.319,23	
6368 - PAG AUX FUNERAL-ATIVOS	3.3.90.92	8.087,64	
6410 - CP FAS/RS - INATIVOS - MP	3.1.91.13	2.519.864,13	
6514 - OUTRAS CONTRIB PATR - MP	3.1.90.13	12.375.522,77	
6515 - INDENIZ RESTIT - MP	3.3.20.93	90.000,00	
	3.3.90.92	112.572,20	
8413 - CP FUNDOPREV - CIVIL MP	3.3.90.93	36.743.468,05	
	3.1.91.13	7.353.683,40	
8809 - ENCARGOS COM INATIVOS-MP	3.1.90.1	125.642.223,20	
	3.1.90.92	8.907.390,56	
8909 - ENCARGOS PENSIONISTAS MP	3.1.90.3	538.333,12	
	3.1.90.92	3.882.245,87	
30.01 - DEFENSORIA PUBLICA ESTADO DEFENSORIA PUBLICA DO EST		206.448.621,81	
5932 - APARELHAMENTO DEFENSORIA	4.4.90.52	1.156.663,40	
5933 - AQ, CONST, REFORMAS DPE	3.3.90.30	290.232,30	



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00110

Posição Dezembro/2016

RFPE292 24/01/2017

3.3.90.39	3.3.90.39	65.361,00
4.4.90.51	4.4.90.51	50.797,29
6308 - REMUNERACAO ATIVO-DEFPU		
3.1.90.11	3.1.90.11	163.688.772,47
3.1.90.13	3.1.90.13	1.030.384,19
3.1.90.16	3.1.90.16	13.215.158,64
3.1.90.92	3.1.90.92	1.284.288,27
3.1.90.94	3.1.90.94	462.106,24
3.1.90.96	3.1.90.96	329.120,61
3.3.90.92	3.3.90.92	3.158,34
6391 - AP ADM QUAL INF-EST-DEFPU		
3.3.20.93	3.3.20.93	117,83
3.3.90.14	3.3.90.14	674.699,39
3.3.90.30	3.3.90.30	1.145.636,88
3.3.90.33	3.3.90.33	82.237,19
3.3.90.36	3.3.90.36	2.263.153,33
3.3.90.37	3.3.90.37	6.981.122,08
3.3.90.39	3.3.90.39	20.690.244,24
3.3.90.47	3.3.90.47	6.172,06
3.3.90.92	3.3.90.92	671.947,87
3.3.90.93	3.3.90.93	140.023,45
3.3.91.39	3.3.91.39	775.289,49
3.3.91.92	3.3.91.92	55.451,16
4.4.90.52	4.4.90.52	237.436,75
6673 - PUBL. INSTIT. - DEFPU		
3.3.90.39	3.3.90.39	32.354,87

0036 41-1400/17-8



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
 FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00111

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezembro/2016

6808 - IND REST AUX PESSOAL DPE

3.3.90.8	19.324,82
3.3.90.46	5.848.662,12
3.3.90.49	3.399,22
3.3.90.92	4.347.669,72
3.3.90.93	828.519,78
3.3.90.93	226.379.505,00

30.33 - DEFENSORIA PUBLICA ESTADO ENCARGOS GERAIS DA DEFENS

2979 - CP FAS/RS - ATIVOS - DPE	1.966.640,77
3.1.91.13	

6365 - CP FAS/RS - INAT/PENS-DPE	2.252.485,03
3.1.91.13	

3.1.91.92	48.401,60
3.1.91.92	

8316 - CP RPPS - DPE	44.568.626,17
3.1.91.13	

8317 - COMPLEMENT FINAN RPPS-DPE	36.560.069,60
3.1.91.13	

8416 - CP FUNDOPREV CIVIL -DPE	6.542.807,30
3.1.91.13	

Transferência de Recurso

0164 - RECEITAS VINCULADAS AO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO MINISTERIO PU	3.394,38
0179 - RECEITAS FINANCEIRAS VINCULADAS AO PODER LEGISLATIVO	73.663.608,21
0307 - PROGRAMA MODERNIZACAO-PMAE-BNDES-DEFENSORIA PUBLICA	8.400,00
	CJ

	-4.810.427.884,45
--	-------------------

Saldo Vinculado a Receber

-4.810.427.884,45



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Folha: 00149

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezembro/2016

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

RECURSO 0164 - RECEITAS VINCULADAS AO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO MÍ

Saldo dos Recursos a Empenhar, Considerado na Exposição sobre Gestão dos Recursos Vinculados do Exercício de 2015

Ingresso de Receita

132501990200 - REMUNERACAO OUTRO DEPOSTO BANCARIO VINCULADO-FUNDOREA	3.890.920,19
160013010013 - TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO - FRMP	6.253.111,72
160013990016 - RECEITA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FRMP	384.678,94
199099970024 - ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR - FRMP	46.986,69

Recebimento de Recurso

0011 - RECURSOS DO TESOURO UTILIZADOS PELOS OUTROS PODERES	3.394,38
--	----------

Empenhado

UO/Fundo	Projeto	Elemento Despesa	
09.79 - MINISTÉRIO PÚBLICO FRMP			
9024 - REAPAREL E MODERN MP			
3.3.90.39	651.128,54		
4.4.90.52	116.000,00	767.128,54	767.128,54

Transferência de Recurso

0011 - RECURSOS DO TESOURO UTILIZADOS PELOS OUTROS PODERES	0,00
--	------

Saldo Vinculado a Empenhar

39.942.821,19



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00161
Posição Dezembro/2016
RFPE292 24/01/2017

RECURSO 0175 - RECEITAS FINANCEIRAS VINCULADAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Saldo dos Recursos a Empenhar, Considerado na Exposição sobre Gestão dos Recursos Vinculados do Exercício de 2015

Ingresso de Receita

192299990044 - RESTITUIÇÕES - MINISTÉRIO PÚBLICO	13.741,01
--	-----------

Saldo Vinculado a Empenhar

2.681.175,57

0036 41-1400/17-0



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
Folha: 00164

FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Posição Dezembro/2016

RFPE292 24/01/2017

RECURSO 0179 - RECEITAS FINANCEIRAS VINCULADAS AO PODER LEGISLATIVO

Saldo dos Recursos a Empenhar, Considerado na Exposição sobre Gestão dos Recursos Vinculados do Exercício de 2015

Ingresso de Receita

160013990030 - SERVICOS DE CANAIS DE DESCONTOS-CONSIGNATARIOS DO PODER	329.688,24
175099990029 - DEVOLUCAO ESPONTANEA DE REMUNERACAO - PODER LEGISLATIVO	101.029,37
191999990039 - MULTAS SOBRE ADIANTAMENTO E DIARIAS-FUNDO REAPARELHAMEN	173,38
192199990007 - INDENIZACOES - PODER LEGISLATIVO	295.250,41
192299990005 - RESTITUICOES - PODER LEGISLATIVO	293.328,28
	1.019.469,68

Recebimento de Recurso

0011 - RECURSOS DO TESOURO UTILIZADOS PELOS OUTROS PODERES	73.663.608,21
	78.769.137,17

Saldo Vinculado a Empenhar

003641-1400/17-8



RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO
FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

Folha: 00253

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezenbro/2016

RECURSO 1105 - FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS - FRBL

Saldo dos Recursos a Empenhar, Considerado na Exposição sobre Gestão dos Recursos Vinculados do Exercício de 2015

Ingresso de Receita

132501991012 - REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO -FUNDO DE RECON	18.116,10
192105990002 - INDENIZACOES FUNDO DE RECONSTITUICAO DE BENS LESADOS	802.938,03
Saldo Vinculado a Empenhar	821.054,13

0036 41-1400/17-1



Folha: 00472

RIO GRANDE DO SUL GOVERNO DO ESTADO

FPE - Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

Demonstrativo dos Recursos Vinculados

RFPE292 24/01/2017

Posição Dezembro/2016

RECURSO 2080 - CONV MJ-PGJ 759465-11

Saldo dos Recursos a Empenhar, Considerado na Exposição sobre Gestão dos Recursos Vinculados do Exercício de 2015

Ingresso de Receita

132501990655 - REMUNERACAO DEPOSITO BANCARIO VINCULADO-CONVENIO MJ-PGJ

Empenhado

UO/Fundo Projeto Elemento Despesa

09.01 - MINISTERIO PUBLICO PGJ

2746 - READEQ OP PL DIRETOR INFO

4.4.90.52

09.33 - MINISTERIO PUBLICO ENCARGOS GERAIS DO MINIST

6515 - INDENIZ RESTIT - MP

3.3.20.93

67.000,00

26.578,84

Saldo Vinculado a Empenhar

0036 41-1400/17-8





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DA FAZENDA E CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO
DIVISÃO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
SECCIONAL DA CAGE JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

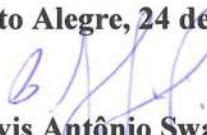
**PARECER DE AUDITORIA CAGE/DCD Nº 01/2017
CONTAS DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2016
ÓRGÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e de acordo com o Decreto nº 50.063, de 08 de fevereiro de 2013, examinamos os documentos constantes no processo nº 003641-14.00/17-8, relativos às Contas de Gestão de Marcelo Lemos Dornelles, Ordenador Primário das dotações orçamentárias consignadas à Procuradoria-Geral de Justiça, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e incluíram: (a) o acompanhamento da execução orçamentária da despesa durante o exercício; (b) a verificação prévia, concomitante e subsequente dos atos da execução orçamentária e extra-orçamentária; (c) o controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes, convênios e contratos; (d) o confronto das prestações de contas com os documentos comprobatórios; e (e) as auditorias realizadas.

Em nossa opinião, as Contas de Gestão do Administrador representam adequadamente a execução orçamentária e o resultado das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Porto Alegre, 24 de abril de 2017.


**Clóvis Antônio Swarowski,
Coordenador da Seccional da CAGE
junto à Procuradoria-Geral de Justiça.
CRC/RS nº 33902-0**

